



4174 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT26 - Educação do Campo

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: O PROGRAMA DESPERTAR E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NAS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE MEDEIROS NETO

Jafe da Silva Cardoso - UESB - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

Arlete Ramos dos Santos - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

RESUMO

O presente artigo procura analisar a parceria público-privada que tem sido firmada no âmbito da educação do campo no município de Medeiros Neto através do SENAR, Sindicado Patronal Rural e a Prefeitura municipal consubstanciada através do Programa ambiental denominado Despertar. Assim, almeja-se analisar como esta parceria tem contribuído para a perda de autonomia docente e, por conseguinte, tem acarretado a precarização do trabalho docente. A metodologia foi de caráter quali-quantitativo, cujos procedimentos se efetivaram através da pesquisa bibliográfica. Mediante a observação dos documentos, cartilhas e dos questionários preenchidos pelos professores, constatou-se que com essa parceria ocorre um processo de prolaterização docente, posto que o processo educativo tem se imbuído das nuances neoliberais/capitalistas, com isso, o professor tem sido forçado a assumir a roupagem fabril, produzindo em larga escala, perdendo sua autonomia diante de sua profissão, não se sentindo parte responsável pelo processo educativo porque tem seguido apenas receitas prontas para atender ao programa; sua identidade tem sido suprimida pelo viés capitalista.

Palavras-chave: Precarização. Educação do campo. Agronegócio.

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: O PROGRAMA DESPERTAR E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NAS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE MEDEIROS NETO

INTRODUÇÃO

Impulsionados pelo avanço neoliberal e suas implicações, os Estados se viram impelidos a redefinirem seus papéis, adequando-se à uma nova forma organizacional em que a privatização possui um lugar relevante. Nessa nova forma de gerenciamento, o Estado assume funções díspares daquelas assumidas na gestão de cunho burocrático, deixando de ser o executor para assumir a função gerencialista, pautada no modelo tecnicista em que a tríade eficiência, eficácia e produtividade são o alicerce de todas as ações.

Esse modelo gerenciador segue um padrão que tem como exemplo as empresas privadas: produtividade, controle de gastos e inovações. Realidade que, segundo os capitalistas, um Estado burocrático não consegue ter. É nesse momento que entram em cena as parcerias público-privadas realizadas entre o ente público e os institutos, as ONGs, etc., o que se denomina terceiro setor. Essas parcerias, em muitos casos, colaboram para a minimização do papel do Estado frente às políticas públicas.

Essa nova visão sobre gestão explicita que o posicionamento do Estado diante de uma eventual crise é se aliar ao capital, obedecendo às regras que regem a maximização do lucro e a proteção da propriedade privada. E a preocupação deliberada em proteger os interesses do neoliberalismo, em que se prioriza o lucro em detrimento às políticas públicas e da classe que mais depende delas, corrobora com o propósito do Estado de minimizar suas ações junto à classe trabalhadora.

Dessas importantes mudanças surge o processo de privatização da educação, em que o Neoliberalismo e a Terceira Via apresentam a privatização como forma para superação da crise instalada no panorama educacional global, notadamente no setor de investimentos e no controle do que se ensina nas escolas públicas, visando atender, assim, aos interesses da classe dominante e dos reformadores educacionais, que são, em síntese, os empresários.

No Brasil, temos como pilar desse processo o SENAR, que de norte a sul do país tem adentrado os muros da escola e, através da vertente ruralista neoliberal/capitalista, tem imputado a pedagogia do agronegócio, que visa, exclusivamente, a alienação do homem do campo e seu aliciamento para trabalhar em favor do capital.

Atribuindo-se o problema da precarização docente no âmbito da educação campesina às políticas públicas embasadas em ideologias neoliberais, esse estudo objetiva analisar como a parceria público-privada, firmada entre o SENAR, Sindicado Patronal Rural e a Prefeitura Municipal de Medeiros Neto – Ba, através do Programa Despertar, tem contribuído para a perda de autonomia e a precarização do trabalho docente neste município.

DESENVOLVIMENTO

Criado na década de 90 através da Lei nº 8.315, de dezembro de 1991, e regulamentado pelo Decreto nº 566 de 10 de junho de 1992, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, foi pensando pela bancada ruralista do Congresso como subsídio para realizar a

formação profissional dos trabalhadores que residem no campo, ou seja, o SENAR surge como ação da Classe Patronal Rural, que integrava a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), respaldada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e também pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). De maneira geral, segundo consta nos documentos, a missão do SENAR pauta-se no preparo da mão de obra para o desempenho das funções no campo, ou seja, notadamente o objetivo é tecnicista, firmando-se na pressuposição que, capacitando o homem do campo e instrumentalizando-o, evitará o êxodo rural.

Em relação à vertente municipal, o SENAR tem como principais parceiros os Sindicatos Rurais, que atuam como agentes locais e elo indispensável entre os entes federados: "O SENAR tem como seu principal parceiro os Sindicatos Rurais e também atua junto a diversos organismos públicos e privados para a realização de eventos e ações pelo interior do Brasil". (SENAR, 2014, p. 9).

Concerne ao público-alvo do SENAR, Borges (2014) deixa claro que, no âmbito do Estado da Bahia, pelo fato de concentrar-se especialmente na realidade da pecuária, o público-alvo são vaqueiros, pequenos proprietários e fazendeiros, buscando a qualificação da mão de obra e também o empreendedorismo rural. Dentre as variadas ações implantadas, cita-se programas e projetos que são lançados com vistas a atender de forma abrangente todo campo e perpetuar a política do agronegócio.

Dentre esses programas, destaca-se aqueles de cunho ambiental, que desde 1995 vêm sendo disseminados em todo país, inicialmente com o programa "Agrinho", no Estado do Paraná, e na Bahia o Programa Despertar.

Este programa, parte integrante do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, foi implementado na Bahia no ano de 2005, objetivando promover a educação ambiental através da responsabilidade social.

Em sua gênese, o Programa Despertar usou cinco municípios como pilotos, ampliando-se posteriormente para outras regiões do Estado. No ano seguinte, o contingente de pactuações ampliou-se, passando a figurar 14 municípios. Na atualidade, o Programa atende a mais de 70 municípios baianos, subdividindo-os em 10 núcleos.

O Programa Despertar, embora atuante em várias cidades da Bahia desde 2005, é relativamente novo na cidade de Medeiros Neto, onde a pactuação ocorreu no ano de 2017, visando atender à 10 escolas do campo e aos 4 assentamentos do Movimento Sem Terra, pertencentes à Educação do Campo do referido município.

Na realidade deste município, o processo de implantação se deu com base em capacitações distintas, onde a equipe do SENAR foi a responsável pelas ações. Ao todo, foram realizadas 3 capacitações básicas: a primeira, apenas para a coordenadora local do programa; a segunda, visou todos os professores da Educação do Campo, objetivando apresentar o programa; a terceira capacitação objetivou preparar os professores para abordarem a comunidade e sensibilizá-la a participar ativamente do projeto.

No contato com a comunidade, a coordenadora local media os trabalhos, assessorada pelos docentes de cada respectiva escola. Nesses encontros iniciais com a comunidade, objetiva-se o levantamento da situação ambiental, dentre outros pontos. Na ocasião, dois documentos têm o preenchimento obrigatório – as DRS e as QRAs –, o primeiro, focado no diagnóstico da comunidade, o contexto socioambiental, as potencialidades e outros aspectos. O segundo documento é direcionado, especificamente, à escolha do tema a ser abordado no projeto, destacando os prós e contras da temática escolhida.

Após o encontro com a comunidade, a escolha da temática do projeto e o uso dos materiais, o programa toma forma local e, de maneira interdisciplinar, perpassa por todas as disciplinas do letivo, impelindo os professores a seguirem à risca as cartilhas e materiais didáticos. Além dessas ações, cita-se ainda a eleição do Agente Despertar e diversos concursos abarcando alunos, professores e a própria coordenação local. As ações do programa ocorreram de maio a dezembro de 2017, envolvendo os 294 alunos e 21 professores que compõem a Educação do Campo.

Para a concretização desta pesquisa, foram adotados os procedimentos metodológicos através da pesquisa bibliográfica, a análise documental e um questionário. Preliminarmente, analisou-se a bibliografia vigente e os documentos que tratam do SENAR e do Programa Despertar. A análise dos documentos diversos, relatórios e termos de adesão objetivaram compreender como ocorreu a parceria entre SENAR, Sindicato Rural e a Secretaria de Educação. O questionário foi respondido por dez professores, com o intuito de se compreender os impactos dessa parceria nas condições do trabalho docente.

Os diferentes métodos de pesquisa aqui utilizados permitiram uma análise mais profunda do objeto em si, desvelando o real pelos vieses de sua concretude, sobretudo no que concerne às suas múltiplas determinações. Também facilitou entender possíveis contradições, pois buscou-se analisar do geral ao particular e, em seguida, o caminho inverso, do particular para o geral.

Como resultado da pesquisa, foi possível verificar a própria contradição existente entre a proposta do SENAR e suas ações no âmbito da educação camponesa. Ao analisarmos o significado da sigla SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural –, vemos claramente que, de imediato, a educação do campo não é prestigiada, posto que a aprendizagem é rural e não do campo, ou seja, há neste sentido uma divergência de paradigmas, uma vez que, enquanto a educação rural está atrelada ao paradigma agrário capitalista, a educação do campo claramente se firma no paradigma agrário, onde a luta é justamente pela superação do capitalismo através da contra-hegemonia. Ao levantar a bandeira da aprendizagem rural, o SENAR deixa evidenciado que sua proposta se baseia mais na questão neoliberal e, portanto, capitalista, do que na autonomia do sujeito do campo.

Analisando os documentos de adesão, constata-se que a pactuação ocorre de forma tripartite, em que SENAR, Sindicato Rural e Secretaria de Educação são os responsáveis pela manutenção do programa. Todavia, nessa relação, cada órgão desempenha uma função específica, sem uma interrelação entre as ações em que se verifique um objetivo em comum.

O SENAR o responsável por pensar toda organização das ações do programa, preparar o material didático, promover todas as capacitações, pensar os concursos, dentre outras atividades. Por outro lado, cabe à prefeitura municipal, respaldada pela secretaria municipal de educação, a contrapartida de arcar com todos os aspectos financeiros, espaços físicos, profissionais, transporte – a parte apenas de aplicabilidade, sem autonomia pedagógica.

O Sindicato Rural, por sua vez, figura no termo de cooperação como mediador entre o SENAR e a prefeitura municipal, com o objetivo de promover a disseminação das nuances do agronegócio.

Voltando-nos para os questionários aplicados nas 10 escolas que compõem a Educação do campo de Medeiros Neto, algumas constatações possibilitaram refletir sobre os impactos negativos do Programa nas condições do trabalho docente, pois quando se indagou aos professores a respeito da contribuição do programa para a prática docente, a maioria dos entrevistados (60%) afirmou que não houve contribuição à prática, 30% informaram que houve, sim, contribuições, e 10% disseram que, talvez, tenha havido contribuições à prática.

Ao serem questionados sobre a proposta de interdisciplinaridade do programa e a autonomia docente, as repostas se dividiram entre nenhuma autonomia, que somaram 78% dos entrevistados, e, às vezes, de acordo com 22% dos entrevistados.

Essa falta de autonomia também representa um aspecto preponderante no que diz respeito à precarização do trabalho docente, haja visto que o educador se torna meramente um repetidor de ações. Essa perda de autonomia é um dos aspectos negativos das parcerias público-privadas, uma vez que o trabalho docente não pode ser um produto pronto e acabado, restringindo o papel do professor ao de um mero apresentador de conteúdos. Segundo Peroni (2008, p.11), a concretização dessas parcerias

[...] demonstra como as parcerias público-privadas trazem consequências para a educação pública e principalmente para a autonomia docente, já que o privado, por se considerar parâmetro de qualidade interfere na educação pública, restringindo muito a autonomia docente e as possibilidades de construção de uma gestão democrática na educação. Principalmente ao definirem previamente o currículo, a metodologia, a formação docente, a avaliação enfim tem um impacto enorme na concepção pedagógica da escola e em sua gestão.

Essa falta de autonomia docente gera insatisfação, pois o docente não se sente parte importante do processo educativo. E a insatisfação é um importante fator de autodepreciação e consequente ineficácia profissional.

CONCLUSÃO

Os resultados da pesquisa apontam que a Educação do Campo, protagonizada pela parceria público-privada na cidade de Medeiros Neto, consubstanciada através do Programa Despertar, visou apenas beneficiar o Sindicato Rural e o SENAR, considerando que ao atingir a escola e a comunidade, as ações do agronegócio foram disseminadas de tal forma que o público principal para o processo de aliciamento foi atingido de maneira uniforme. Os dados mostraram a total insatisfação dos professores diante da aplicabilidade do programa, especialmente nos aspectos concernentes à intensificação do labor docente, o que tem contribuído progressivamente para o processo de precarização do trabalho docente no âmbito da educação do campo, uma vez que ampliou-se a carga horária e, diante das novas demandas, a categoria perdeu autonomia no processo educativo, sendo impelida a seguir a organização e os materiais didáticos desenvolvidos pelo SENAR.

As análises demonstram que com essa parceria ocorre a prolaterização docente, posto que o processo educativo tem se imbuído das nuances neoliberais/capitalistas, e com isso, o professor tem sido forçado a assumir a roupagem fabril, produzindo em larga escala, perdendo sua autonomia diante de sua profissão, não se sentindo parte responsável pelo processo educativo porque tem seguido apenas receitas prontas para atender ao programa; sua identidade tem sido suprimida pelo viés capitalista.

As informações analisadas neste artigo deixam claro que o principal desafio enfrentado pelos docentes atuantes no âmbito da Educação do Campo no município de Medeiros Neto, no que tange ao processo de privatização da educação através das parcerias público-privadas e a consequente precarização das condições de trabalho, é a necessidade de luta coletiva, de mobilização da própria classe em favor de direitos adquiridos, mas, acima de tudo, é a luta contra a disseminação da pedagogia do agronegócio. Para tanto, faz-se necessária a luta contra-hegemônica em favor da educação para além do capital, longe do capitalismo, que sociometabolicamente tem rompido as fronteiras da sociedade e se imposto em todas as ramificações da mesma, inclusive da educação.

REFERÊNCIAS

BORGES, J. A. **Os Significados Pedagógicos da Educação Ambiental no contexto do Programa Despertar Itapetinga** Vitória da Conquista, UESB, 2014.

PERONI, Vera. Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional. In: PERONI, V. M. V., BAZZO, V. L., PEGORARO, L. (org.) **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SENAR. **Manual de Orientação das Contribuições Previdenciárias na Área Rural e do SENAR**/ Secretaria da Receita Federal do Brasil / Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. - 8ª ed. Brasília: SRFB / SENAR, 2014.